

SUMÁRIO

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

As citações e as intimações eletrônicas como forma de evolução na cooperação judiciária nacional

Vanessa Morceli dos Anjos de Marchi 17

O Instituto Nacional do Seguro Social como "repeat player" nos Juizados Especiais Federais

Ewerton Teixeira Bueno 31

Democracia e direitos humanos: democracia militante e preservação do regime na jurisprudência do Tribunal de Estrasburgo

Matheus Presotto e Silva 47

O concurso singular de credores e as preferências legais: um debate realmente superado?

Guilherme Fraiha Granjo 61

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

ANS. Multa administrativa. Implante coclear. Negativa de cobertura de materiais destinados à manutenção posterior da prótese. Impossibilidade. Multa pecuniária. Conversão em pena de advertência. Impossibilidade. Poder discricionário da administração pública.

ApCiv 5012639-46.2018.4.03.6100

Desembargador Federal Marcelo Saraiva 85

Ensino superior. Cancelamento de diploma. Possibilidade. Portaria nº 738/2016. Cassação posterior. Curso reconhecido pelo MEC.

ApCiv 5014788-78.2019.4.03.6100

Desembargadora Federal Mônica Nobre 109

Responsabilidade civil do Estado. Perseguições políticas perpetradas à época do regime militar. Imprescritibilidade. Possibilidade de cumulação com reparação prevista na Lei nº 10.559/2002. Dano moral "in re ipsa".

ApCiv 5001951-75.2021.4.03.6114

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 116

IRDR. Processo de "revalida". Curso de medicina. Apresentação de diploma no ato da inscrição. Ilegitimidade da exigência. Aplicação analógica da Súmula nº 266 do STJ.

IRDR 5016497-47.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Nelton dos Santos..... 127

DIREITO AMBIENTAL

Ação Civil Pública. Julgamento conjunto. Reunião das 500 ações civis públicas. Impossibilidade. Inocorrência de cerceamento de defesa. Novo Código Florestal. Reservatórios artificiais de água destinados à geração de energia ou ao abastecimento público. Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. Utilização de área de preservação permanente do entorno do reservatório. Loteamento. Responsabilidade solidária. Plano de recuperação ambiental.

ApCiv 0001759-23.2009.4.03.6124

Desembargador Federal Souza Ribeiro..... 159

DIREITO CÍVEL

Compra de imóvel em feirão da casa própria promovido pela CEF. Relação de consumo reconhecida. Responsabilidade solidária da instituição financeira. Recusa de concessão de financiamento à incorporadora e à construtora responsáveis pelo empreendimento. Análise de risco de crédito feita a destempo. Danos materiais e morais configurados.

ApCiv 0024634-83.2014.4.03.6100

Juiz Federal Convocado Alessandro Diaferia..... 199

Contratos bancários. Alienação fiduciária. Leilões infrutíferos. Venda direta do bem. Pretensão de ressarcimento de valor que sobejar à dívida. Descabimento.

ApCiv 5000462-16.2019.4.03.6100

Desembargadora Federal Giselle França..... 208

FCVS. Indenização securitária por vícios de construção. Apólice pública - ramo 66. Sucessão hereditária da propriedade do imóvel. Demonstração dos requisitos previstos na Lei nº 10.150/2000. Quitação do contrato. Interpretação do seguro obrigatório consoante a sua função social, a boa-fé objetiva e a natureza adesiva. Imprescindibilidade da realização de prova pericial.

ApCiv 5001152-21.2019.4.03.6108

Desembargador Federal Wilson Zauhy 214

Contratos bancários. Alienação fiduciária. Leilões infrutíferos. Venda direta do bem. Pretensão de ressarcimento de valor que sobejar à dívida. Descabimento.

ApCiv 5017403-07.2020.4.03.6100

Juíza Federal Convocada Audrey Gasparini 228

FIES. Assunção de dívida. Art. 299 do Código Civil. Regime jurídico. Análise do caso concreto. Ausência de aceite por parte do agente financeiro.

AI 5004740-56.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Francisco 233

DIREITO PENAL

Embargos Infringentes. Divergência. Redução à condição análoga a de escravo. Falsificação de documento público. Artigos 149 e 297, § 4º, do Código Penal. Aplicação do princípio da consunção. Violação a normas previdenciárias como meio para consecução do delito fim. Absolvição do delito de falso. Redução da pena definitiva do embargante.

EIfNu 0002028-02.2003.4.03.6115

Desembargador Federal Paulo Fontes 239

Embargos Infringentes. Crime continuado – art. 71 do CP. Conceito de "crimes da mesma espécie". Necessidade de que os delitos perpetrados estejam topograficamente previstos no mesmo dispositivo legal. Impossibilidade de incidência da ficção jurídica da continuidade delitiva entre as infrações penais descritas nos arts. 168-A e 337-A.

EIfNu 0003960-69.2014.4.03.6105

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 252

Obtenção de financiamento mediante fraude. Veículo determinado. Artigo 19 da Lei nº 7.492/1986. Materialidade, autoria e dolo comprovados. Condenação mantida. Pena de multa. Proporcionalidade.

ApCrim 0012049-08.2018.4.03.6181

Desembargador Federal Hélio Nogueira 267

Contrabando. Brinquedos contrafeitos. Artigo 334-A, § 1º, IV, do CP. "Emendatio libelli". Artigo 383 do CPP. Artigo 190, I, da Lei nº 9.279/1996.

ApCrim 5002283-06.2019.4.03.6181

Desembargador Federal Ali Mazloum 274

Tentativa de saque de recursos do FGTS de terceiro mediante uso de cédula de identidade falsa. Art. 171, § 3º, c/c art. 14, II, do CP. Art. 304 c/c art. 297 do CP. Concurso material. Maus antecedentes. Reincidência. Inaplicabilidade da Súmula nº 269 do STJ. Regime fechado.

ApCrim 5000766-53.2022.4.03.6118

Desembargador Federal José Lunardelli 282

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Embargos de Declaração. Aposentadoria especial. Requisitos preenchidos. Embargos acolhidos, com efeitos infringentes.

EDcl ApCiv 0000441-66.2012.4.03.6102

Desembargadora Federal Inês Virgínia 293

<i>Desaposentação. Devolução de valores. Tutela antecipada posteriormente revogada. Tema nº 692/STJ.</i> ApCiv 0003371-71.2013.4.03.6183 Desembargador Federal Herbert de Bruyn	300
<i>Aposentadoria por idade híbrida. Carência cumprida. Agravo Interno. Decisão monocrática. Art. 932, IV e V, c/c art. 927, ambos do CPC. Benefício devido.</i> Ag ApCiv 0025683-34.2016.4.03.9999 Juiz Federal Convocado Nilson Lopes	307
<i>Aposentadoria por tempo de contribuição. Atividade especial. Draguista e encarregado de draga. Ruído. Agentes químicos. Enquadramento. Requisitos preenchidos.</i> ApCiv 5004113-44.2019.4.03.6104 Desembargadora Federal Daldice Santana	314
<i>Aposentadoria por tempo de contribuição integral. Atividade especial. Médica. Trabalhos na CTPS. Conversão em tempo comum. RMI. Art. 29-C da Lei nº 8.213/1991.</i> ApCiv 5003018-45.2020.4.03.6103 Desembargador Federal Baptista Pereira.....	327
<i>Recurso Inominado Cível. Turma Recursal do JEF/SP. Salário-maternidade a adotante.</i> 5010971-77.2021.4.03.6183 Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales	339
<i>Atividade especial. Trabalhador da agropecuária: ausência de especialidade. Não implementação dos requisitos.</i> ApCiv 5003029-89.2021.4.03.9999 Juiz Federal Convocado Denilson Branco	346
<i>Pensão por morte. Óbito em 2019. Cônjuge. Dependência econômica presumida. Qualidade de segurado. Aplicação do artigo 15, § 1º, da Lei nº 8.213/1991. Comprovação de 120 contribuições ininterruptas. Prorrogação do período de graça. Direito adquirido. Concessão do benefício.</i> ApCiv 5005625-91.2021.4.03.6104 Desembargador Federal Gilberto Jordan.....	362
<i>Reconhecimento de tempo de serviço rural. Início de prova material. Prova testemunhal. Inovação no pedido recursal.</i> ApCiv 5131496-86.2021.4.03.9999 Desembargadora Federal Therezinha Cazerta	370

Auxílio-reclusão. Trabalhador rural. Qualidade de segurado de baixa renda. Prescrição contra o absolutamente incapaz.

ApCiv 5068227-39.2022.4.03.9999

Desembargadora Federal Leila Paiva 381

Salário-maternidade. Segurada demitida sem justa causa durante o período de estabilidade. Responsabilidade pelo pagamento. Benefício de natureza previdenciária. Compensação pelo empregador. Devido o pagamento pelo INSS de forma direta.

ApCiv 5000574-83.2023.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio 399

Pensão por morte. Indígena. Companheiro. União estável. Comprovação. Termo inicial. Consectários legais. Implantação imediata do benefício.

ApCiv 5000912-57.2023.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 403

Pensão por morte. Dependência econômica comprovada em relação à genitora falecida. Conjunto probatório suficiente. Requisitos preenchidos. Cessação do benefício LOAS.

ApCiv 5001727-54.2023.4.03.9999

Desembargador Federal Marcelo Vieira 408

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Agravo Interno. Indeferimento de pedido de modulação dos efeitos da decisão proferida pelo STF nos autos do RE nº 1.072.485/PR, vinculado ao tema nº 985 de repercussão geral. Princípio da aplicação imediata (art. 1.040 do CPC). Impossibilidade de manutenção do sobrestamento.

Ag ApelRemNec 0009050-10.2013.4.03.6100

Desembargador Federal Antonio Cedenho 419

Embargos Declaração. Reanálise determinada pelo STJ. Revisão. Matéria de fato nova. Interesse processual. Termo inicial dos efeitos financeiros. Inexistência de alegação nas ações subjacente e rescisória. Princípio da congruência. Intangibilidade da coisa julgada recurso parcialmente provido. Acréscimo de fundamentação.

EDcl AR 5033445-98.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Delgado 423

Ação de Adjudicação Compulsória cumulada com imissão na posse. Baixa do gravame hipotecário. Averbação do imóvel no CRI. Garantia real ofertada pela vendedora ao agente financeiro. Outorga do termo de liberação de hipoteca.

ApCiv 5007935-52.2021.4.03.6110

Desembargador Federal Cotrim Guimarães 433

Conflito Negativo de Competência. Medida cautelar preparatória de ação de ressarcimento da autarquia previdenciária contra terceiro que recebeu indevidamente benefício previdenciário. Competência da 1ª Seção desta Corte. Inaplicabilidade da Súmula nº 37 desta Corte.

CCCV 5016776-33.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Mairan Maia 439

Competência. Conexão. Trílice identidade.

AI 5007641-60.2022.4.03.0000

Desembargadora Federal Renata Lotufo..... 447

Agravo Interno. Mandado de Segurança. Inadequação da via eleita. Ausência de baixa em CTPS. Alegação de continuidade do labor. CNIS. Não demonstração de recolhimento. Necessidade de dilação probatória. Razões recursais não demonstram o desacerto do "decisium".

Ag ApCiv 5009644-63.2022.4.03.6183

Desembargador Federal Toru Yamamoto..... 450

Execução Fiscal. Redirecionamento. Instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Desnecessidade. Interposto recurso especial no IRDR 0017610-97.2015.4.03.0000. Efeito suspensivo automático.

AI 5026609-41.2022.4.03.0000

Desembargadora Federal Marli Ferreira..... 456

Justiça gratuita. Recebimento de valores brutos superiores a R\$ 3.636,00.

AI 5031531-28.2022.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Jean Marcos 466

Conflito de Competência. Mandado de Segurança. Propositura no domicílio do impetrante. Opção.

CCCV 5002197-12.2023.4.03.0000

Desembargador Federal David Dantas 471

DIREITO PROCESSUAL PENAL

"Habeas Corpus". Tráfico internacional de drogas. ORCRIM. Prisão preventiva. Prova obtida por meio ilícito. Ausência dos requisitos objetivos do art. 312 do CPP. Ordem concedida.

HCCrim 5006699-49.2022.4.03.6104

Desembargador Federal Maurício Kato..... 479

Conflito Negativo de Competência. Estelionato. Tentativa. Falsificação de cheque. Local. Último ato de execução.

CJ 5002205-86.2023.4.03.0000

Desembargador Federal André Nekatschalow..... 497

"Habeas Corpus". ANPP. Confissão formal e circunstanciada da prática da infração penal. Ilegalidade inexistente. Não cabe ao Poder Judiciário fazer qualquer arbitramento quanto ao teor e ao alcance do acordo.

HCCrim 5005171-22.2023.4.03.0000

Desembargador Federal Nino Toldo 502

DIREITO TRIBUTÁRIO

PIS/COFINS. Cruzeiro marítimo com origem e destino em porto estrangeiro. Regime aduaneiro e tributação incidente sobre bens e serviços em território nacional.

ApCiv 0025014-09.2014.4.03.6100

Desembargador Federal Carlos Muta 511

Transporte de carga em regime de trânsito aduaneiro. Roubo. Termo de responsabilidade. Força maior. Responsabilidade objetiva. Causalidade. Ônus probatório.

ApCiv 5000521-91.2016.4.03.6105

Juiz Federal Convocado Renato Becho 519

Imposto de renda. Dedução com despesas odontológicas. Comprovação do serviço com a apresentação de recibos. Glosa fiscal. Impossibilidade.

ApelRemNec 5008692-13.2020.4.03.6100

Desembargador Federal Nery Júnior..... 527

PIS/COFINS e ICMS-ST. Revenda de lubrificantes e filtros. Substituição tributária do ICMS. Regime não cumulativo do PIS/COFINS. Técnica de tributação, mantida a relação tributária. Direito à exclusão. Compensação administrativa. Impossibilidade de vinculação de depósitos judiciais feitos em ação diversa.

ApCiv 5001759-69.2021.4.03.6106

Desembargador Federal Johansom Di Salvo..... 533

Imposto de renda. Pessoa jurídica. Programa de alimentação do trabalhador. Benefício fiscal. Decreto nº 10.854/2021. Princípio da legalidade. Indevida inovação na ordem legal.

AI 5003067-91.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Valdeci dos Santos..... 543

Execução Fiscal. Conselho de fiscalização profissional. Art. 8º da Lei nº 12.514/2011 com alteração pela Lei nº 14.195/2021. Valor mínimo da dívida. Inaplicabilidade às ações ajuizadas anteriormente à sua entrada em vigor. Sobrestamento. Impossibilidade.

AI 5019989-13.2022.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete 549

SENTENÇAS

Ação Civil Pública. Demolição de todas as obras edificadas sobre faixa de areia de praia no Saco da Ribeira, em Ubatuba. Regularização patrimonial das ocupações de terrenos de marinha e dos espelhos d'água perante a SPU (União). Emissão das licenças ambientais perante a CETESB (Estado de São Paulo) para o desenvolvimento das atividades potencialmente poluidoras ao meio ambiente (marina e garagem náutica).

0001313-92.2010.4.03.6121

Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes 555

Ação de procedimento comum. Requerente do efetivo da Organização Militar de Barueri/SP. Movimentação para Curitiba/PR. Suspensão do desligamento, da ordem de movimentação ou de qualquer outro ato para desocupação do imóvel funcional do Próprio Nacional Residencial (PNR) de Barueri/SP, pelo prazo de 03 (três) meses a contar do parto de sua esposa, bem como que seja devolvido integralmente o prazo de movimentação.

5000548-79.2022.4.03.6100

Juíza Federal Denise Avelar 605

Mandado de Segurança. Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Pretensão de inscrição na OAB, mediante a superação de alegados equívocos cometidos pela banca examinadora na correção da prova prática do último concurso de admissão.

5001841-24.2022.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 610

Pensão por morte. Bisneto. Menor sob guarda. STF, ADI 4086 e 5083. Interpretação conforme ao § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213/1991.

5009339-98.2022.4.03.6306

Juiz Federal José Renato Rodrigues 613

Ação de cobrança contra a União Federal. Portador de neoplasia maligna em estágio avançado. Medicamento de alto custo Nivolumabe, bem como tratamento de imunoterapia. Medicamento aprovado pela ANVISA, mas não disponibilizado pelo SUS em razão de seu preço.

5022912-45.2022.4.03.6100

Juíza Federal Silvia Figueiredo Marques 618

Ação de procedimento comum. Pedido de tutela de urgência. Pleito de declaração de nulidade das Portarias nºs 67/2022 e 17/2023 do MEC. Reajuste do piso nacional do magistério.

5000377-40.2023.4.03.6116

Juiz Federal Caio Cezar Maia de Oliveira 622

Mandado de Segurança. Saque de quantias depositadas junto à conta vinculada do FGTS. Filho portador de moléstia diagnosticada como Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível moderado.

5000447-12.2023.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 626

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região 633

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 641